FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 29/04/2023 - 05:59

PL das Fake News tem vácuo sobre regulação de big techs

O deputado Orlando Silva (PC do B-SP) durante a votação da urgência do PL das Fake News, do qual é relator Pedro Ladeira - 25.abr.23/Folhapress

Retirada de agência no PL das Fake News gera incerteza sobre supervisão

Relator diz que tema da regulação será discutido até votação da proposta na próxima semana

Danielle Brant

BRASÍLIA A decisão do deputado Orlando Silva (PC do B-SP) de retirar do relatório do PL das Fake News a criação de uma entidade autônoma para supervisionar as plataformas reabriu as negociações entre deputados sobre qual órgão deveria assumir essas atribuições.

O relatório de Orlando foi publicado na noite da última quinta-feira (27).

Em versão anterior, Orlando Silva dava ao Executivo a prerrogativa de criar uma entidade autônoma de supervisão para regulamentar dispositivos do projeto, fiscalizar o cumprimento das regras, instaurar processos administrativos e aplicar sanções em caso de descumprimento das obrigações.

Esse ponto era muito criticado pelos parlamentares da oposição, que apelidaram o órgão de "Ministério da Verdade". De acordo com oposicionistas, poderia haver o risco de interferência ideológica na agência, com a retirada de conteúdos de opositores.

Diante da resistência, Orlando Silva decidiu retirar a agência reguladora de seu novo parecer. Mas, segundo o parlamentar, o debate sobre a quem cabe regulamentar as plataformas seguirá em aberto até o dia da votação — que está prevista para a próxima terça-feira (2).

"A entidade autônoma de supervisão foi muito mal recebida na Câmara. Houve muita crítica de diversas bancadas. A minha impressão é que, se mantivéssemos essa ideia, poderia interditar o debate e inviabilizar o avanço da proposta. A minha perspectiva foi retirar de cena essa entidade autônoma de supervisão, permitir que o debate fluísse na Câmara dos Deputados e nós construírmos, de hoje até a votação, qual vai ser o caminho", afirmou Orlando Silva, após protocolar seu relatório.

Segundo ele, nas discussões da proposta há um grupo que defende que essa tarefa caiba à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) —hipótese que, por outro lado, conta com pouco apoio na Câmara.

"Há quem defenda que seja a Anatel, uma agência que regula telecomunicações e radiodifusão, [que] já tem uma estrutura montada, financiamento, equipe técnica etc. Há quem defenda que não tenha nenhuma instituição dessa, e que seja a Justiça arbitrando quando houver conflitos; e, antes de a Justiça entrar, uma autorregulação. E um segundo modelo, então teremos que aprofundar o debate."

A votação do projeto de lei das Fake News ganhou força no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) depois dos ataques golpistas de 8 de janeiro e dos recentes ataques a escolas em São Paulo e em Blumenau (SC).

O texto em discussão estabelece, entre outros pontos, uma série de obrigações às plataformas de redes sociais e aplicativos de mensagem, como a moderação de conteúdo.

Orlando Silva também incluiu em seu relatório um dispositivo estabelecendo que a lei deverá observar "o livre exercício da expressão e dos cultos religiosos, seja de forma presencial ou remota, e a exposição plena dos seus dogmas e livros sagrados".

Esse item busca atender ao pleito da bancada evangélica, que ameaçava votar contra a proposta se a "liberdade religiosa" não fosse explicitada no texto.

O relatório estipula ainda que a imunidade parlamentar material prevista na Constituição se estenderá às redes sociais. Além disso, determina que contas de presidentes, governadores, prefeitos, ministros, secretários e outros cargos sejam consideradas de interesse público. A partir disso, proíbe que os detentores restrinjam a visualização de suas publicações por outros usuários.

Para as redes sociais há obrigações, por exemplo, de produção de relatórios de transparência e de identificação de todos os conteúdos que forem impulsionados e publicitários.

De acordo com o texto protocolado, as decisões judiciais que determinarem a remoção imediata de conteúdo ilícito relacionado à prática de crimes referidos na lei deverão ser cumpridas pelas empresas em até 24 horas, sob pena de multa de R$ 50 mil a R$ 1 milhão por hora de descumprimento.

A oposição criticava trecho de relatório anterior de Orlando Silva contendo uma determinação para que as redes atuem "hábil e diligentemente" quando notificados sobre conteúdos potencialmente ilegais gerados por terceiros no âmbito de seus serviços, que configurem ou incitem crimes contra o Estado democrático de Direito e de golpe de Estado, atos de terrorismo e crimes contra crianças e adolescentes.

O deputado amenizou esse dispositivo e indicou, apenas, que os "provedores devem atuar diligentemente para prevenir e mitigar práticas ilícitas no âmbito de seus serviços, envidando esforços para aprimorar o combate à disseminação de conteúdos ilegais gerados por terceiros".

Entre os principais pontos do projeto se incluem também o dever das plataformas de vetar contas inautênticas, a obrigatoriedade de divulgação de relatórios de transparência sobre moderação de conteúdos e a criação de conselho de transparência e responsabilidade, além da realização de estudos, pareceres e recomendações sobre liberdade, responsabilidade e transparência na internet.

O projeto estabelece, ainda, a aplicação de multa de até 10% do faturamento do grupo econômico no Brasil em caso de descumprimento da lei.

O texto de Orlando Silva prevê ainda o pagamento por parte das plataformas pelo conteúdo jornalístico utilizado sem que esse custo seja repassado ao usuário final. Sobre a forma do pagamento, o texto aponta que a pactuação deve ser feita entre as plataformas e as empresas jornalísticas.

As plataformas se opõem à ideia de remuneração, e entre os veículos há dissenso. Entidades como Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas) e ANJ (Associação Nacional de Jornais), que reúne os principais veículos de mídia, entre eles a **Folha**, defendem o projeto de lei; veículos menores temem perder financiamento por terem menor poder de barganha.

O projeto de lei chegou a ser aprovado no Senado em 2020. No ano seguinte, a Câmara decidiu criar um grupo de trabalho para analisar o texto. O andamento, no entanto, acabou não ocorrendo e, em 2022, os deputados rejeitaram dar urgência à sua análise.

Após a eleição de Lula e com os ataques golpistas em 8 de janeiro, o deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, passou a defender a urgência —que foi aprovada na terça (25).

A celeridade na votação do projeto é criticada pelas big techs como Meta, Google, Twitter e Tik Tok.

> A entidade autônoma de supervisão foi muito mal recebida na Câmara. Houve muita crítica de diversas bancadas. A minha impressão é que, se mantivéssemos essa ideia, poderia interditar o debate e inviabilizar o avanço da proposta
>
> **Orlando Silva (PC do B-SP)**
> relator do PL das Fake News, sobre a retirada da agência reguladora do texto

Marcelo Lacerda, diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil Divulgação

Diretor do Google afirma que PL das Fake News é vago

Marcelo Lacerda diz que projeto não deixa claro quem regulamenta as redes

Danielle Brant, João Gabriel e Raquel Lopes

BRASÍLIA O diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil, Marcelo Lacerda, avalia que o PL das Fake News é vago.

O executivo afirma que a empresa já adota medidas para moderar conteúdo de ódio e que a responsabilidade por violência nas escolas não é só das plataformas.

Lacerda faz uma série de críticas ao projeto relatado pelo deputado Orlando Silva (PC do B-SP), que deve ser votado na próxima terça-feira (2).

Segundo ele, o texto deixa incertezas sobre como será feita a regulação das plataformas e se equivoca ao equiparar o cuidado exigido por mecanismos de buscas ao de redes sociais.

A discussão em torno do projeto ganhou força após o ataque a uma escola em São Paulo que terminou com a morte de uma professora, no fim de março, e um atentado em creche de Blumenau (SC) que deixou quatro mortos no começo de abril. O argumento é que a regulamentação das redes pode ajudar a impedir novas ondas de violência.

A movimentação causou reação das big techs. Elas afirmam que o projeto relatado por Orlando Silva é genérico e que a violência nas escolas é um problema social, não apenas digital.

"A gente está olhando um problema que tem várias facetas sob só um ponto específico. Não adianta só atacar as redes e falar que foram as plataformas [as responsáveis pela violência] quando tem uma série de outras questões que também precisam ser endereçadas, de cunho social, da própria escola, dos próprios pais, e que a gente também ajuda, como a educação midiática", diz à **Folha** Lacerda.

"Se olhar isso só sob um aspecto, pode eventualmente resolver ou endurecer [as leis], mas tem uma série de outros aspectos que não vão", continua ele.

Lacerda afirma que o parecer apresentado na noite de quinta-feira (27) traz dispositivos que podem ser "perversos".

Questionado se as regras de controle interno do Google são suficientes para impedir a disseminação de discurso de ódio na internet, tendo em vista os ataques às escolas, o diretor defende que o projeto precisa ser mais debatido e que sempre há espaço para melhorar.

"A questão é que a gente não é contra nenhum tipo de regulação que fale, 'ok, a partir de agora você vai ter que fazer x, y ou z'. A gente ainda tem dúvidas sobre o texto que está na mesa, se isso realmente vai ter esse efeito positivo que todo mundo está esperando", diz.

"Porque ainda falta mais concretude em vários dos dispositivos que estão lá e, para isso, precisaria de um pouco mais de tempo para entender e discutir se essas soluções que estão na mesa realmente vão dar o resultado esperado", afirma.

Ele diz ainda que o Google, entre março e abril, cumpriu 74% pedidos de acessos a dados das autoridades governamentais relacionados a terrorismo e ataques a escolas. Mas entende que o projeto, da forma como está redigido, abre brechas para que a lei seja usada contra os seus princípios.

"O texto continua com muitas incertezas e vago em muitos aspectos. De forma geral a gente entende que essas incertezas, essa falta de concretude de como aquilo vai se dar na realidade, vai acabar prejudicando o usuário porque, ao invés de combater a desinformação, tem risco de fomentar a desinformação", diz.

A empresa defende que o projeto seja debatido em uma comissão especial. Também critica a falta de audiência pública e de discussão do assunto desde que foi rejeitado em plenário na Câmara, em 2021.

Segundo ele, vários órgãos estão pedindo mais discussão do assunto, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). "Ainda falta um debate um pouco mais aprofundado para a gente ter um pouco mais de clareza sobre como vai ser aplicado, quais as consequências [da lei] e se aquilo vai gerar o resultado que a gente espera, que é combater a desinformação", disse.

O texto em discussão junta contribuições da proposta aprovada pelo Senado e modificações incorporadas pelo relator na Câmara. Se aprovado pelos deputados, deve voltar ao Senado, por onde o texto original passou em 2020.

Lacerda diz que o projeto traz obrigações que as plataformas não têm dareza de como devem ser feitas.

"Tem uma série de obrigações ali que a gente não sabe exatamente como vão ser feitas, estão sendo jogadas para uma regulação. Também não se sabe quem vai regular isso. Vai ser o poder federal? A Presidência? Agência específica? Ministério específico? Porque também não tem mais a previsão da entidade regulamentadora", diz.

Na última versão do texto, apresentada na quinta-feira, Orlando Silva retirou da redação a criação de uma agência reguladora de supervisão das plataformas e deixou explícito o livre exercício de cultos religiosos e a "exposição plena" de seus dogmas e livros sagrados.

A decisão aconteceu após pressão da oposição e da bancada evangélica contra esses dois pontos do texto.

O diretor do Google critica o fato de o projeto, da maneira como está estruturado, estipular as mesmas regras para redes sociais e buscadores. Por exemplo, a previsão de exclusão de postagens, mecanismo que segundo ele não funciona na lógica dos buscadores —que não fazem posts, apenas organizam conteúdo publicado.

Outro ponto que traz polêmica no projeto são os direitos autorais e a remuneração para conteúdo jornalístico.

Artistas pretendem fazer uma manifestação em Brasília na próxima semana para que o texto seja aprovado com instrumentos para remuneração de material produzido por eles e replicado nas redes sociais.

Lacerda critica o texto por não prever a exclusão de conteúdo produzido por empresas jornalísticas. Segundo ele, atualmente, companhias que se dizem do ramo são grandes disseminadoras de fake news —ele não quis não citar nomes. Por isso, argumenta, o projeto deveria também prever formas de sanção a essa atividade, e não apenas de remuneração.

> Não se sabe quem vai regular isso. Vai ser o poder federal? A Presidência? Agência específica? Ministério específico? Porque também não tem mais a previsão da entidade regulamentadora
>
> **Marcelo Lacerda**
> executivo do Google no Brasil

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 08 e 10

Copyright © Clipclap 2025.